



Balanço Econômico 2016 e Perspectivas 2017

Avaliação do setor de borracha do Rio
Grande do Sul

São Leopoldo, abril de 2017

Igor Morais





1. Sumário Executivo

2. A economia brasileira em 2016

- ***O setor de borracha no contexto nacional***

3. O Rio Grande do Sul em 2016

- ***O setor de borracha gaúcho***

4. Perspectivas 2017



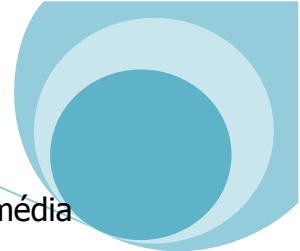
SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2016 será lembrado, no campo político, pelo *impeachment* de Dilma Roussef e, no ambiente econômico, pela continuidade da *crise* que se iniciou ainda em 2014. A paralisia na gestão macroeconômica presenciada durante os oito primeiros meses do ano praticamente inviabilizou a mudança de perspectivas no curto prazo. Ou seja, pouco poderia ser feito, quando assumiu o vice-presidente, para reverter o cenário de recessão que já estava contratado para o ano.

As mudanças ficaram limitadas a cargos públicos e apenas discussões sobre a necessidade de *aprovar reformas* já bem conhecidas da sociedade e que ficaram de fora da agenda política nos últimos anos. Ao encerrar o ano de 2016 já era possível notar que a recessão dava sinais de esgotamento. Porém, ainda não dá para apostar que o fim da recessão represente o início de um novo ciclo de crescimento. Os desafios macroeconômicos e de reformas do Estado no Brasil são muito maiores do que se imagina.

Nesse ambiente, *as incertezas* no campo político que alimentam as dificuldades na aprovação de reformas importantes, em especial a trabalhista, devem impor limites ao crescimento no curto e médio prazo e as previsões apontam para um crescimento baixo em 2017, em torno de 0,5%. Iniciaremos o ano com estabilidade nos indicadores de atividade econômica e podemos encerrar 2017 com números melhores para todos os setores da economia. Porém, a proximidade das eleições presidenciais colocam um componente de risco adicional para os investimentos e a retomada mais consistente do crescimento.

O cenário não foi diferente no *Rio Grande do Sul*, com um ano marcado por dificuldade no campo fiscal, muitas incertezas políticas e uma economia combatida pelo fraco cenário macroeconômico. Porém, tal como verificado no Brasil os sinais são de que o ciclo recessivo tenha se encerrado e



as perspectivas para o ano de 2017 são de um crescimento acima da média do Brasil, em torno de 1,5%.

Na *agropecuária* devemos ter crescimento da safra de soja e arroz e na *indústria* já é possível notar o fim da recessão, em especial nos segmentos voltados para bens intermediários. Por outro lado, as atividades ligadas a produção de *bens de consumo duráveis* e máquinas e equipamentos ainda devem sentir os efeitos da crise ao longo do ano de 2017.

A fragilidade do *mercado de trabalho*, que deve perdurar até meados do ano, limitará a expansão das vendas do comércio. Com a perspectiva de continuidade das dificuldades fiscais, em especial no Governo do Estado, é natural imaginar que o setor público tenha baixa contribuição no PIB em 2017.



A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2016

Em menos de duas décadas o Brasil teve dois processos de impeachment do Presidente da República e, em ambos, a economia sentiu de forma contundente as incertezas no campo político. Porém, dessa vez, os impactos foram mais significativos, representando não apenas uma intensa crise que se alastrou para todos os setores da economia, mas também a mais longa já presenciada na história do país.

Assim é que lembraremos do ano de 2016, muito mais como aquele que esteve ***marcado pelo impeachment*** do que pela recessão em si que já havia se iniciado em meados de 2014. No centro dessa discussão está o fato de que o Governo, na ocasião, apostou todas as fichas em um modelo que ficou conhecido como “Nova Matriz Econômica”. Essa tinha como proposta combinar elementos que, por definição, iriam gerar desequilíbrios.

De um lado, promoveu ***o aumento dos gastos públicos*** em diversas áreas da economia, seja via aumentos reais no salário mínimo que atingiam fortemente os gastos da Previdência e programas sociais como o Bolsa Família, ou então com reajustes de salários de servidores e contratações ou ainda usando as empresas estatais, sejam elas do setor financeiro, como o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, ou não financeiras, como a Petrobrás dentre outras.

E de outro, promovia cortes seletivos de impostos para determinados setores sob a justificativa de que isso poderia estimular o consumo e o investimento. Porém, como esses cortes tinham uma característica de temporários, o que se notou foi muito mais ***incentivo ao consumo*** do que ao investimento em si. Ou seja, os equívocos de gestão macroeconômicas foram muitos e resultaram na maior crise já presenciada pelo país.

Os ***desequilíbrios macroeconômicos*** ficaram mais intensos e tiveram seu ápice durante o ano de 2015, com o PIB apresentando uma retração de



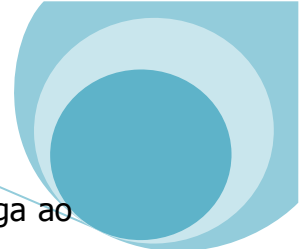
3,7%, mas continuou intenso durante o ano de 2016 tendo se retraído outros 3,6%. Nunca o Brasil experimentou uma *retração tão intensa* durante um período tão longo de tempo. Ainda em 2016 o mercado de trabalho continuou a se deteriorar, com a taxa de desemprego atingindo os dois dígitos e o país acumulando um recorde de mais de 12 milhões de desempregados¹.

No campo fiscal, mesmo após o impeachment e a proposta de contenção dos gastos públicos, o que se viu foi mais do mesmo. Com pouca representatividade política e uma enorme herança negativa para corrigir, o Governo em pouco conseguiu acertar o lado fiscal e o país encerrou mais um ano com déficit recorde, em valores e também em percentual do PIB. Com falta de recursos para fazer frente aos elevados gastos, o déficit fiscal contribuiu para produzir déficits nominais recordes. Nunca o Governo Federal teve que pagar tanto em *juros de dívida* como nos últimos anos, e isso acabou por afetar a dinâmica da dívida pública, contaminando diversos outros indicadores da economia.

Aos poucos os erros de gestão cometidos no passado recente foram se materializando em termos de queda da atividade produtiva, queda do consumo e continuidade do *baixo grau de confiança na economia*. Tudo isso se traduzia em resultados perversos sobre as contas públicas, onde temos gastos constantes e receita flutuante, seguindo de perto a atividade econômica. Para potencializar os problemas no campo macroeconômico, diversos Estados e Municípios também adentraram em um momento de dificuldade orçamentária, tendo que recorrer a medidas de controle de gastos e ajuste que ficava limitado pelo lado da receita com uma carga tributária já recorde.

Os gráficos a seguir mostram o resultado do PIB no acumulado do ano (esquerda) e em 12 meses (direita). Considerando o período de 10 anos encerrados em 2016, o PIB brasileiro *creceu a uma taxa média* de apenas 1,4% ao ano. Muito desse resultado se deve ao esgotamento de um modelo que apostava em crescimento do consumo e expansão da intervenção do

¹ Importante destacar aqui que a medida da taxa de desemprego considera apenas as pessoas que procuraram emprego durante um determinado período e não encontraram.

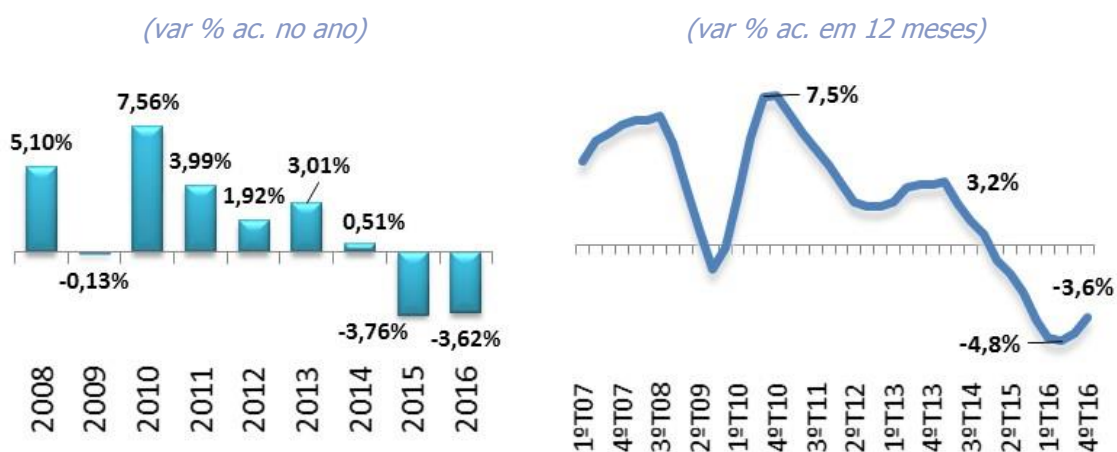


Estado na economia e que deixou uma elevada dívida pública para ser paga ao longo das próximas décadas². A despeito do cenário extremamente negativo do período recente, o que se nota no comportamento do PIB acumulado em 12 meses é que a crise dá *sinais de esgotamento*.

É difícil imaginar que os números atuais da atividade econômica continuem a vir pior do que os anteriores na ausência de novo choque negativo sobre a atividade produtiva. No *mercado externo* a previsão é de continuidade do crescimento mundial em torno de 4% no ano de 2017, com algumas tensões geopolíticas que envolvem a Coreia do Norte e a Síria, mas sem que isso possa representar uma ruptura.

Assim é que o movimento cíclico da recessão deve apontar para um *turning point* já no primeiro trimestre de 2017, mas isso não significa que o país estaria pronto para iniciar um novo ciclo de crescimento deste ponto em diante. A destruição da capacidade produtiva com o fechamento de fábricas, sucateamento da indústria e herança de dívida, tanto no setor público quanto no setor privado, nos leva a uma projeção de potencial de crescimento menor para o ciclo que se desenha nos próximos anos.

Evolução do PIB do Brasil



Fonte: IBGE

² Considerando a dívida bruta, que é a medida mais correta para análise de política macroeconômica, essa saiu de participação de pouco mais de 60% do PIB antes da crise para quase 80%. As previsões consideram que a continuidade do déficit fiscal no Governo Federal deve impactar esse resultado elevando a mesma para próximo de 100% do PIB até 2022.

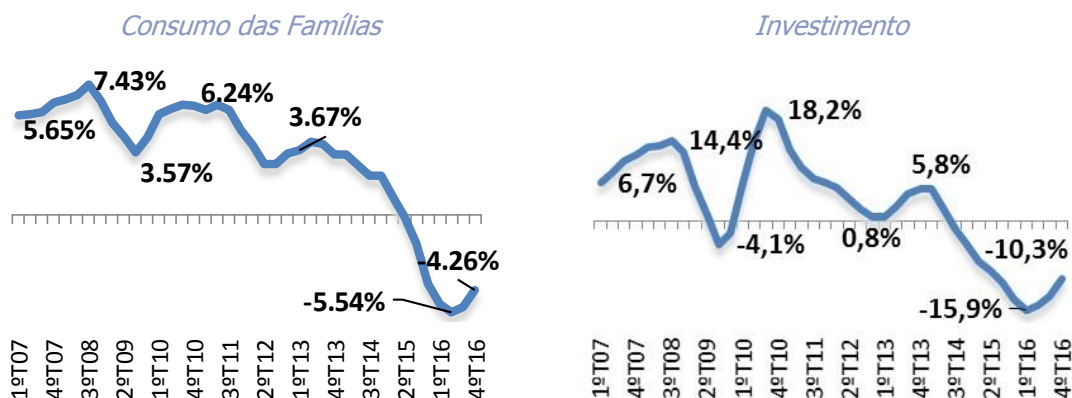


De um lado, um dos componentes mais importantes do PIB, o **consumo das famílias**, esgotou sua capacidade de continuar a alavancar a economia. Isso porque tivemos dois movimentos negativos aqui, a deterioração do mercado de trabalho com a perda de emprego e rendimento médio, o que representa menor massa de salário que poderia ser convertida em consumo e, de outro, o nível de comprometimento da renda das famílias que segue em patamar elevado, atingindo os 21%.

Desses, o maior problema tem sido o pagamento de juros, que não para de crescer, tendo atingido os 10% do total (era de 7% em 2011), ao passo que a parte que está relacionada ao serviço da dívida caiu para 11% após atingir o pico de 13% em 2011. Vale destacar que esse maior **comprometimento da renda das famílias** com o pagamento de juros no ano passado se deu mesmo diante de uma redução da taxa Selic, promovida pelo Banco Central e que iniciou o ano de 2017 também em queda.

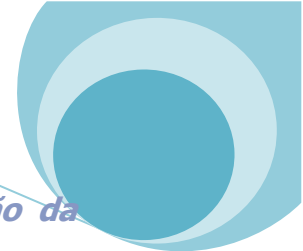
Componentes do PIB do Brasil

(var. % ac. Em 12 meses)



Fonte: IBGE

O segundo componente importante quando analisamos o PIB pela ótica da demanda, são os investimentos. O processo de desaceleração da taxa de investimento ocorre desde meados de 2013, a despeito do anúncio de que o país iria experimentar um ciclo positivo com a realização de eventos esportivos de peso, como as olimpíadas e a copa do mundo de 2014. A retração dos investimentos se deu até meados de 2016, contribuindo para que a taxa, como percentual do PIB, saísse de um nível acima de 20% para próximo de 16%, um



dos mais baixos da história e que representa apenas a **recomposição da depreciação do maquinário**.

A atual taxa de investimento da economia, mantida durante mais de dois anos consecutivos, juntamente com uma ociosidade elevada na indústria e a baixa demanda que devemos experimentar nos próximos anos por conta do menor nível de renda das famílias, significa que o país deverá crescer menos. É incompatível experimentar um ciclo de expansão do PIB a taxas elevadas sem que o mesmo seja acompanhado por taxas de investimento robustas. Nesse caso, há apenas um elemento de curto prazo que pode ser útil para a retomada desse ciclo, uma **nova rodada de concessões e privatizações**, diminuição do tamanho do Estado em várias áreas, reformas estruturais e melhoria no ambiente de negócios. É imperativo que o Brasil entre em um ciclo de redução de carga tributária que se mostra extremamente perversa, penalizando empresas e consumidores. Entramos em mais um ano sem que o Governo fizesse a revisão da tabela do IR, e isso resulta em menor renda disponível para consumo por parte das famílias.

Ainda assistimos, durante o ano de 2016, um cenário de muita incerteza econômica e política o que resultou em afastamento dos investidores do mercado de capitais, em especial nos chamados IPO's. O mesmo pudemos observar em **novos projetos e liberações de recursos** por parte do BNDES, que se reduziram de forma drástica na esteira da menor disponibilidade de recursos da instituição frente a perda de capital com as concessões de elevado risco que ocorreram nos últimos anos. Assim, o ano de 2016 foi marcado por uma intensa retração da intenção de investimentos em todos os setores da economia, não sendo o mesmo restrito apenas a indústria.

Nesse cenário, um dos segmentos mais atingidos foi a **construção civil**, que viu não apenas o menor lançamento de empreendimentos imobiliários nas principais capitais do Brasil, mas também a retração das obras de infraestrutura, uma vez que boa parte das empresas que eram responsáveis por essas obras se viram em dificuldades com a justiça e, portanto, incapazes de continuarem os empreendimentos já contratados. Além disso, as dificuldades

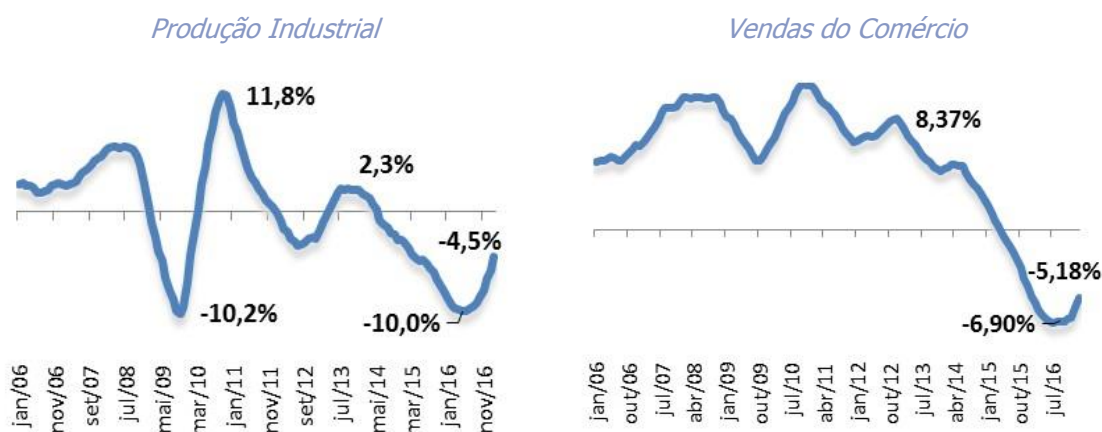


financeiras do Governo Federal e de Estados e Municípios resultaram em redução do número de projetos.

A **produção industrial** apresentou a segunda menor retração da década, ficando atrás apenas da queda observada durante a crise do *subprime*, entre o final de 2008 e início de 2009. Mas aqui residem diferenças fundamentais dentre essas duas crises. A primeira foi mais intensa e curta e a economia, logo depois, já mostrava uma recuperação que levou a produção industrial ao recorde de crescimento de quase 12% no acumulado em 12 meses. Ou seja, a crise econômica de 2008-09 teve um ciclo mais curto. Por outro lado, a crise atual não foi tão abrupta, como pode ser visto no gráfico a seguir (da esquerda), e muito menos mostra sinais de que irá se dissipar na **mesma velocidade da anterior**.

Na verdade, a queda na produção industrial se arrasta por mais de dois anos, contribuindo para que esse seja um ciclo bem mais extenso. A segunda diferença dentre as duas crises reside no fato de que a de 2008-09 teve origem no mercado internacional, em um cenário no qual o Brasil se encontrava com situação macroeconômica saudável, com indicadores de dívida interna baixos, fundamentos sólidos, como a inflação e o desemprego, contas públicas equilibradas e um ótimo nível de classificação de risco.

Variação Percentual em 12 meses



Fonte: IBGE. Comércio Varejista.

Por outro lado a crise atual teve origem **exclusivamente no mercado interno**, tendo sido ocasionada por falhas de políticas macroeconômicas e,



quando de seu momento mais agudo, entre 2015 e 2016, teve como pano de fundo fundamentos deteriorados, como elevada inflação e juros, endividamento crescente, contínua deterioração dos indicadores do mercado de trabalho e um nível de risco Brasil elevado, que dificultou a captação de recursos por parte das empresas e produziu um efeito contágio sobre a taxa de câmbio. Vale destacar que, nesses últimos três anos, enquanto o Brasil amargou taxas de desempenho fracas o mundo cresceu a uma taxa média de 4% ao ano.

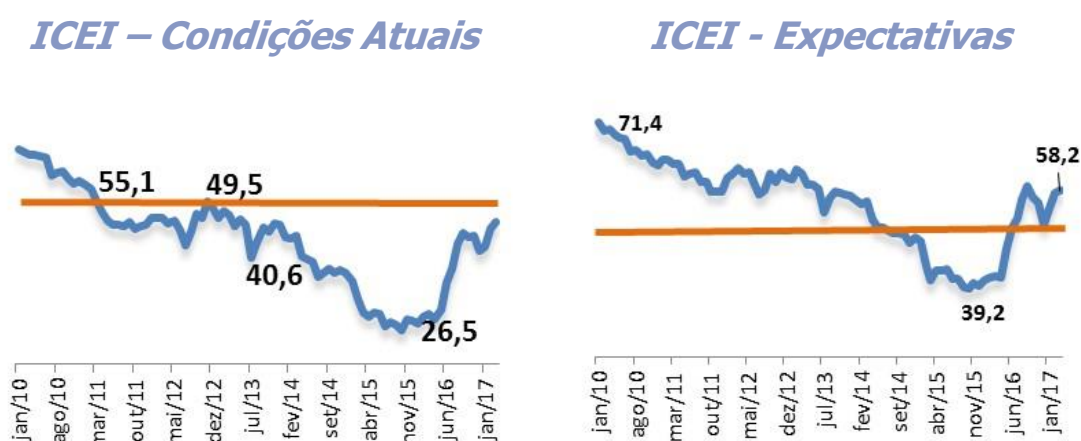
O mesmo cenário foi possível presenciar nos indicadores do *comércio*, com as vendas apresentando tendência de queda desde meados de 2010. Interessante analisar como que nesses seis anos a taxa de expansão do comércio foi decaindo, até iniciar no terreno negativo ainda em meados de 2014. No ano de 2016 podemos observar o pico de retração das vendas, chegando a quase 7% em 12 meses e, ao mesmo tempo, uma ligeira recuperação, iniciando o ano de 2017 com taxas menores que no biênio anterior.

Essa sinalização de *reversão cíclica* tem muito mais relação com o esgotamento estatístico da série histórica do que propriamente de uma retomada das vendas no varejo. Isso porque as condições macroeconômicas continuam deterioradas, com os indicadores do mercado de trabalho ainda ruins e, mesmo com a inflação cedendo para patamares próximo da meta central, de 4,5% e os juros caindo não é possível ainda visualizar a volta das famílias ao mercado de consumo e de crédito.

A retomada da economia depende, em grande medida, da volta da confiança dos agentes, ou seja, de empresários de vários setores e de consumidores. Em parte, já é possível visualizar essa recuperação nos indicadores industriais divulgados pela CNI – Confederação Nacional da Indústria. O ICEI – Índice de Confiança do Empresário Industrial, composto de dois grupos, as *condições atuais e as expectativas*, sinaliza que os empresários do setor renovaram a confiança na economia após o impeachment da Presidente Dilma Rouseff.



Como pode ser visto nos gráficos a seguir, a confiança relacionada com as expectativas está em um patamar superior ao verificado nas condições atuais. Ou seja, os **industriais estão mais confiantes** com a economia para os próximos seis meses do que na situação atual, o que enseja que melhores resultados podem ocorrer apenas ao longo de 2018. Vale destacar que esse indicador oscila entre 0 e 100, sendo o valor mínimo o menor nível de confiança e o valor máximo o maior nível. A indiferença ocorre na média, com o indicador em 50.



Fonte: CNI

Um **resumo de como foi o ano de 2016** para o Brasil deve ser feito com a divisão do mesmo em duas partes. Na primeira, ainda sob os efeitos do julgamento do processo de impeachment, a economia brasileira se deteriorou rapidamente. O país praticamente parou na expectativa de conclusão das votações da câmara e do senado, tendo essa se encerrado no final de agosto de 2016. Fato interessante é que até setembro de 2015 se acumularam sob a mesa da Câmara 37 pedidos de impeachment e o então presidente, Eduardo Cunha, aceitou, em 02 de dezembro de 2015 o pedido que havia sido redigido por um grupo de advogados.

Durante os oito primeiros meses de 2016 nada de concreto que pudesse ajudar a economia brasileira a sair da crise, seja com medidas de curto prazo ou médio prazo, foi feito. O Governo apenas se preocupou em **administrar a crise política**, não havendo ambiente para qualquer ação no campo econômico. Quando de fato o vice-presidente assumiu, trocando a equipe



econômica, que envolvia o Banco Central, BNDES, presidência de estatais financeiras, Ministério da Fazenda e demais instituições ligadas a esse, não havia muito o que ser feito para impedir que o ano de 2016 terminasse com uma queda da ordem de 3,6% no PIB, tal como previmos no último relatório elaborado para o Sinborsul ainda em abril de 2016.

De fato, a trajetória de *deterioração das contas públicas*, de piora dos indicadores sociais e do mercado de trabalho e da atividade produtiva em todos os setores, já estava contratada. Qualquer ação que fosse tomada começaria a surtir efeitos apenas no segundo trimestre de 2017, como de fato temos notado. Assim é que a crise se aprofundou até o início do quarto trimestre de 2016, mas arrefeceu ainda no início de 2017.

O segundo momento do ano de 2016, que vai de setembro a dezembro, contemplando apenas quatro meses de efetiva gestão do então vice-presidente Michel Temer, pode ser marcado apenas por uma mudança no patamar de confiança dos agentes econômicos, a despeito da continuidade dos casos de corrupção que envolveu membros da equipe do novo Governo. A inflação já estava cedendo diante da forte queda da demanda interna, abrindo espaço para reduções da taxa de juros. Ou seja, nenhum mérito aqui para a nova administração. E o *fim do processo de impeachment* ajudou na valorização da taxa de câmbio que, por sua vez, contribuiu para trazer para baixo os índices de preços.

A *herança que o país carrega para 2017* é um cenário político ainda deteriorado diante da continuidade de casos de corrupção, pressão social por mudanças e uma economia que se estabilizou, sem fôlego para alavancar uma expansão. A melhor notícia é que a inflação cedeu muito mais rapidamente do que o esperado, devendo encerrar o ano de 2017 abaixo da meta de 4,5% e trazendo consigo uma taxa de juros que deve atingir, ainda no primeiro semestre, a casa dos 10%.

Porém, mesmo diante de um melhor nível de confiança, o consumo e a produção teimam em não se recuperar, e o investimento patina diante das



incertezas que se desenham para o ano de 2018. O processo de deterioração do mercado de trabalho deve seguir até meados do ano de 2017, com a taxa de desemprego atingindo os 14% e colocando pouco mais de **14 milhões de desempregados na estatística**. Se somarmos aqueles que estão trabalhando menos do que gostariam e os que estão aguardando o melhor momento para voltar ao mercado de trabalho, chegamos facilmente a uma taxa de desemprego de 22%. E esse cenário deve prejudicar sobremaneira a retomada das vendas do comércio.

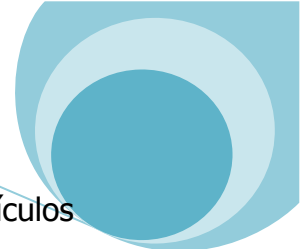
Pelo lado da produção já podemos notar uma melhora em alguns segmentos da indústria, em especial aqueles voltados para o mercado externo e bens intermediários. Porém, segmentos ligados a máquinas e equipamentos, veículos automotores e demais itens de bens de consumo duráveis e de capital ainda devem experimentar um ano ruim. Isso porque as famílias ainda continuam a comprometer uma parte significativa da renda com o **pagamento de dívidas** e o temor do desemprego faz com que as mesmas reduzam sua propensão a gastarem em bens de maior valor.

Diante do exposto, a projeção que fazemos para o PIB no ano de 2017 é de uma estabilidade em torno de **0%**. No melhor cenário podemos ter uma pequena recuperação de **0,5%**.

- ***O Setor de Borracha no Contexto Nacional***

O setor de borracha no Brasil experimentou a sua terceira recessão em um espaço de dez anos. Porém, de forma diferente do presenciado na média da indústria de transformação nacional, essa crise foi mais branda para o setor e de menor duração.

Os principais dados do setor, em especial a produção industrial, já sinalizavam a saída da crise ainda no segundo trimestre do ano passado, a despeito da continuidade do cenário negativo para um importante setor na

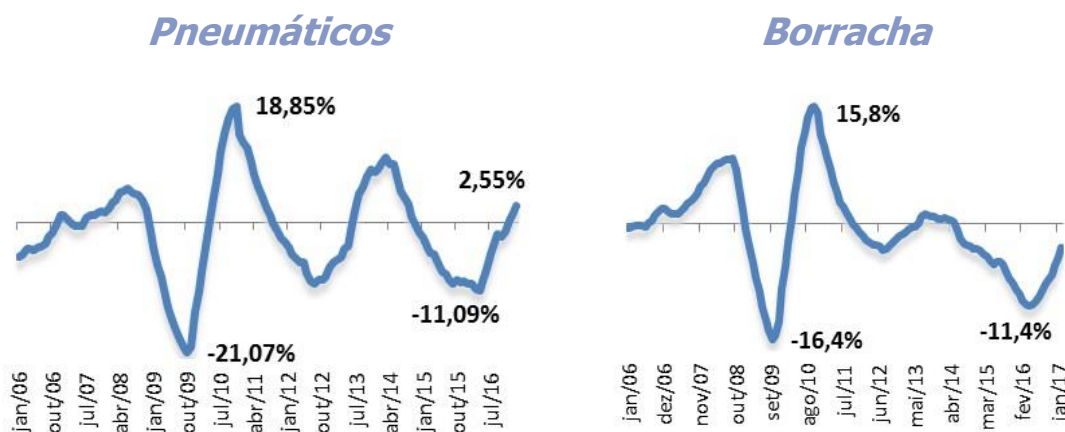


cadeia produtiva que demanda produtos do setor, como é o caso de veículos automotores.

Nesse caso, a **produção de pneumáticos** iniciou uma trajetória de crescimento que culminou, com os últimos dados disponíveis para fevereiro de 2017, em um crescimento de 2,5% quando analisada uma janela de variação percentual de 12 meses. Dado o resultado mais tímido do agregado da indústria, com variação pouco abaixo de zero para o mesmo período, e que também contempla matéria-prima e artefatos, podemos inferir que esses tiveram uma recuperação menos intensa do que a indústria de pneumáticos.

Evolução da Produção Industrial

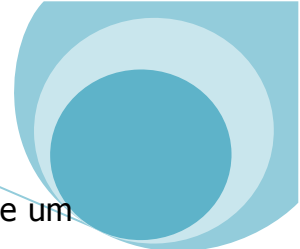
(var % ac. em 12 meses)



Fonte: IBGE

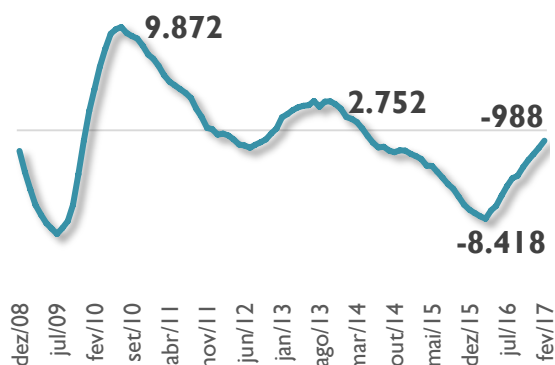
Esse processo de recuperação da atividade produtiva do setor de borracha nos últimos meses também é compartilhada pelo movimento de contratação de mão-de-obra. Os dados do Caged apontam que o **saldo líquido** entre contratações e demissões no setor no Brasil está em -988. Apesar de negativo é possível notar a tendência de recuperação frente ao pior momento da crise ao final de 2015 quando o setor demitiu cerca de 8,4 mil trabalhadores a mais do que contratou. Vale destacar que esses são dados referentes apenas a trabalhadores com carteira assinada.

Para o mesmo período, o destaque positivo é a dinâmica das **contratações líquidas de 800 trabalhadores** na atividade de Fabricação de Pneumáticos e de câmara de ar, corroborando com a retomada da produção do



setor. Por outro lado, o segmento de Reforma de Pneumáticos Usados teve um saldo entre admissões e demissões de -660. Já o segmento de Fabricação de Artefatos teve demissões de -1,1 mil trabalhadores nos últimos doze meses terminados em fevereiro de 2017.

Evolução do emprego no Setor de Borracha (saldo em 12 meses)



Fonte: CAGED. Diferença entre admitidos e demitidos

O conjunto de indicadores da CNI, que traz os resultados do setor de borracha, sinaliza na mesma direção dos indicadores anteriores³. A despeito da queda verificada no ano de 2016, o fato é que o faturamento mostra **tendência de recuperação**, o mesmo sendo verificado para as horas trabalhadas.

O faturamento, após atingir uma queda recorde de 12,5% em 12 meses terminados em abril de 2016, iniciou uma trajetória de recuperação, encerrando o ano com queda de 2,9%. Os dados mais recentes, que contemplam os meses de janeiro e fevereiro de 2017, mostram que essa trajetória de recuperação continua e o mesmo já está em -0,8%. As **horas trabalhadas** apresentam comportamento semelhante, e continua a mostrar retomada nesse início de 2017. Nos 12 meses terminados em fevereiro de 2017 o indicador está em queda de 6,8%, bem melhor que o resultado de encerramento do ano passado.

³ Atenção para o fato de que os indicadores da CNI contemplam o setor de borracha e plástico.



Indicadores Industriais - Setor de Borracha - Brasil

(Var. % no ano)

	2014	2015	2016
Faturamento	-6,30%	-11,90%	-2,90%
Horas Trabalhadas	-3,90%	-15,90%	-9,50%
Emprego	0,50%	-6,10%	-9,80%
Rendimento Médio	7,10%	1,60%	-19,20%
Massa Salarial	7,60%	-4,70%	-26,90%

Fonte: CNI

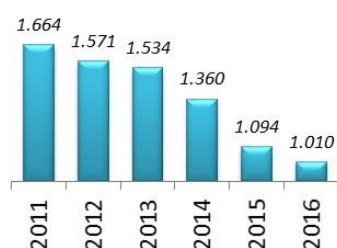
Apesar dos dados de emprego sinalizarem uma retomada das contratações o fato é que essa ocorre em uma velocidade menor do que a observada com as horas trabalhadas e em momentos distintos. Por exemplo, enquanto que as horas trabalhadas aumentaram durante o segundo semestre de 2016, o emprego se deteriorou. Somente nos dois primeiros meses de 2017 que foi possível observar uma **lenta retomada das contratações**. Esses dados da CNI corroboram com o observado no Caged para o setor.

Enquanto o mercado interno dá sinais de melhora, os resultados para o mercado externo não são tão positivos. Como pode ser visto no conjunto de gráficos a seguir, em todos os segmentos do setor de borracha **tivemos queda nas exportações**. No caso de pneumáticos a queda foi de 7,7% sobre o ano de 2015, se constituindo no quinto ano consecutivo de retração. Cenário idêntico pode ser visto nas demais atividades do setor, com a retração das exportações completando um ciclo de cinco anos de queda. A diferença reside na magnitude dessa retração, com matéria-prima caindo 22% e artefatos 19%.

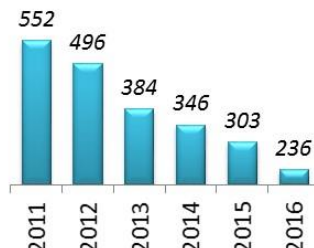
Evolução das Exportações no Setor de Borracha - Brasil

(em US\$ milhões)

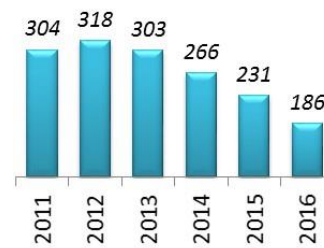
Pneumáticos



Matéria-Prima



Artefatos



Fonte: SECEX



No total, as exportações do setor de borracha tiveram uma queda de 12% no ano de 2016, trazendo o total para perto de US\$ 1,4 bilhões, o *menor resultado em uma década*.

Como comentado na parte de análise macroeconômica, o ano de 2016 foi marcado por muitas incertezas políticas e que acabaram se refletindo no comportamento da taxa de câmbio que chegou a 4 R\$-US\$ no início do ano. Porém, desde então, foi possível notar um processo contínuo de valorização que acabou trazendo a mesma para um patamar próximo ao verificado no início de 2015. Ao final, o ano de 2016 terminou com uma cotação média apenas 4,8% acima da cotação média de 2015. E, o que poderia ser visto como um atenuante para a queda as exportações em dólares, na verdade, contribui para reduzir ainda mais o resultado do *faturamento das exportações em reais*.

Considerando a cotação média mensal e trazendo a valores de fevereiro de 2017 pelo IPCA, podemos ver que as exportações do setor de borracha, quando medidas em reais, tiveram queda de 14%, e os industriais deixaram de faturar cerca de R\$ 814 milhões relativamente ao observado em 2015.

O cenário traçado até agora para o setor de borracha contempla um 2016 que pode ser analisado em duas partes. *Na primeira*, que vai até meados do ano, a produção industrial estava em queda, bem como os indicadores de mercado de trabalho e o faturamento do setor. Na mesma linha foi possível notar a retração das exportações.

Na segunda metade do ano temos que as exportações continuam a se retrair, mas a produção apresenta recuperação que é seguida pela retomada do faturamento, horas trabalhadas e contratações. Mas, essa retomada não foi suficiente para eliminar um número negativo em todas as métricas do setor no ano de 2016.

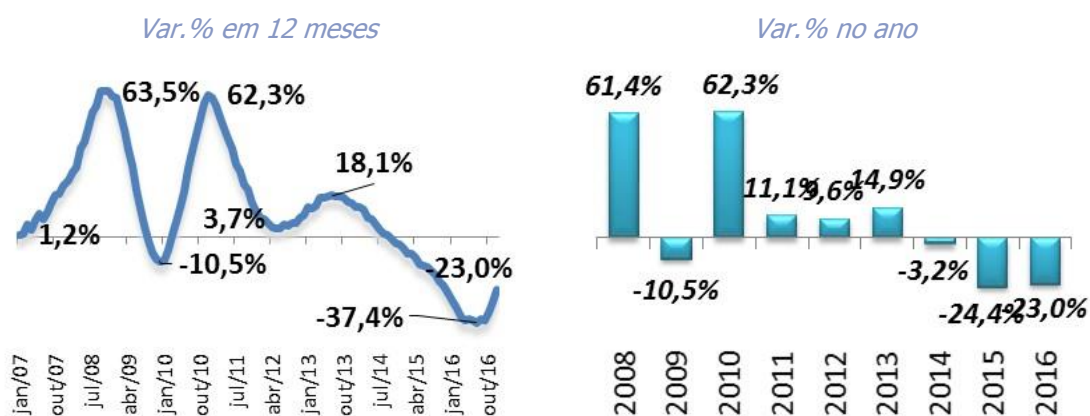
Uma delas, *o consumo aparente*, que relaciona a produção interna, exportações e importações, teve o pior resultado da década, chegando a atingir uma queda de 37% no terceiro trimestre de 2016. Logo a seguir, os movimentos foram de melhora da produção, retomada das importações e



queda das exportações, o que contribuiu para que o indicador de consumo aparente tivesse rápida recuperação, encerrando o ano com queda de 23%.

Diante desse comportamento podemos inferir que está em curso um *processo de aumento do consumo aparente* de produtos de borracha no mercado interno. A despeito do destaque para o fornecimento de produtos nacionais o fato é que observamos uma retomada mais forte das importações de produtos de borracha. Com a continuidade de um cenário de câmbio mais valorizado, a volta da produção de setores específicos da cadeia produtiva pode resultar em um forte aumento das importações em detrimento da produção interna. Fica evidente que o setor perde competitividade a cada ano, fruto de uma estrutura macroeconômica que apenas penaliza o setor produtivo nacional.

Consumo Aparente de Borracha - Brasil



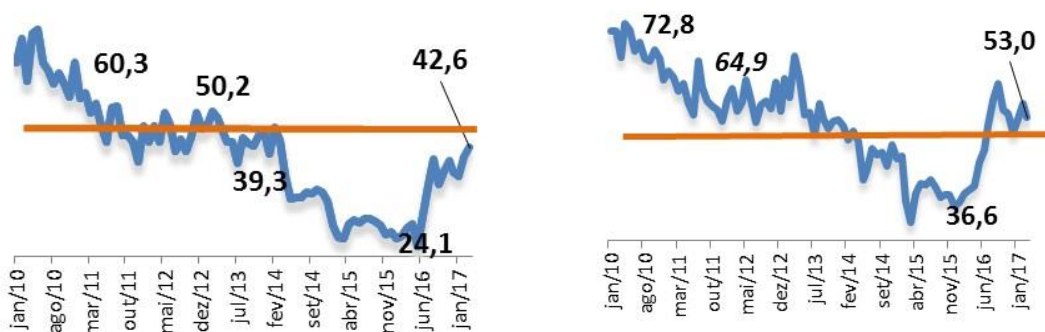
Fonte: IBGE/Funcex. Cálculos próprios.

Nesse ambiente de menor competitividade a aprovação de uma nova lei de terceirizações, bem como uma *reforma trabalhista* que dê maior flexibilidade no mercado de trabalho, são apenas alguns dos elementos que podem resultar em melhor competitividade das indústrias instaladas no Brasil.

Esse cenário de ligeira melhora na economia tem sido captado pelo empresário industrial do setor, como mostra o ICEI, calculado pela CNI. Tal como pudemos verificar para a média da economia, com o indicador de confiança mostrando melhora a partir de meados do ano, o indicador do setor de borracha segue na mesma trajetória.

Após atingir os valores mínimos da série histórica, a **confiança do industrial do setor na economia**, seja no que diz respeito ao cenário das condições atuais, ou então para as expectativas, melhorou de forma significativa. Porém, podemos ver que a confiança no cenário atual ainda é menor que a média de 50, que sinaliza indiferença, ao passo que a percepção de que o cenário irá melhorar no futuro é mais nítida, com o indicador já trilhando o nível acima de 50 pontos.

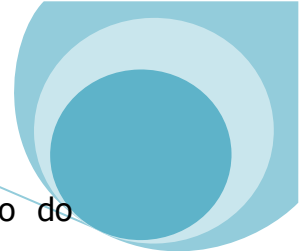
ICEI - Confiança do Industrial do Setor de Borracha



Fonte: CNI

Um resumo do cenário econômico do setor de borracha no Brasil no ano de 2016 mostra que a segunda metade do ano deixa antever um **movimento de recuperação**, e que se manifesta tanto na produção quanto no faturamento e nos indicadores de mercado de trabalho. O lado ainda negativo desse cenário é que as exportações se mostram com menor dinâmica, o que é um sinal de que a competitividade externa do setor está extremamente prejudicada pela composição de custos internos, qual seja, **elevado custo dos fatores de produção**, como mão-de-obra e de produtos, além de impostos elevados e precária infraestrutura de transporte.

Assim é que, diante de uma perspectiva de **melhora da demanda interna** para produtos de borracha, prevista para 2017, tanto no que diz respeito a pneumáticos quanto matéria-prima e artefatos, as importações



devem voltar a crescer de forma consistente atendendo ao aumento do consumo aparente. Já comentamos na parte do cenário nacional que a expectativa é que a indústria apresente resultado positivo na produção em 2017, e o mesmo é esperado que ocorra com o setor de borracha. E isso deve contribuir para um ano com *números melhores no mercado de trabalho*, com as contratações superando as demissões.



O RIO GRANDE DO SUL EM 2016

De forma resumida, podemos dizer que a crise no cenário nacional atingiu o Rio Grande do Sul de duas formas. ***A primeira*** foi via setor industrial. Como boa parte do PIB industrial está vinculada ao comportamento da economia brasileira, era natural esperar que diante da forte recessão que atingiu o país, a economia gaúcha também sentiria esses efeitos negativos. De fato, a indústria de transformação, que tem o maior peso na composição da indústria total, teve uma queda de 4,3%, menor que a de 2015 (-13,4%), mas completando três anos consecutivos de retração.

Ainda dentro do setor, destaque negativo para a indústria extrativa, com queda de quase 8%, porém, essa tem um peso muito pequeno na composição final da indústria. Além desses, a construção civil também apresentou o terceiro ano consecutivo de queda, menos intensa que a verificada no ano passado, mas igualmente importante para trazer o PIB industrial para uma retração de quase 4% no ano de 2016. A menor atividade em obras de infraestrutura e de empreendimentos imobiliários contribuiu para que o setor reduzisse a produção.

A segunda forma de contágio da crise nacional sobre a regional no ano de 2016, foi na atividade comercial. Com a deterioração do cenário macroeconômico com inflação mais elevada e maiores custos de financiamento, em especial com juros, além do aumento das demissões e queda da renda das famílias, as vendas do comércio se retraíram em 5,3%, trazendo consigo um resultado ruim para o setor de transporte e de intermediação financeira, ambos com quedas de 0,7% e 2,6% respectivamente.

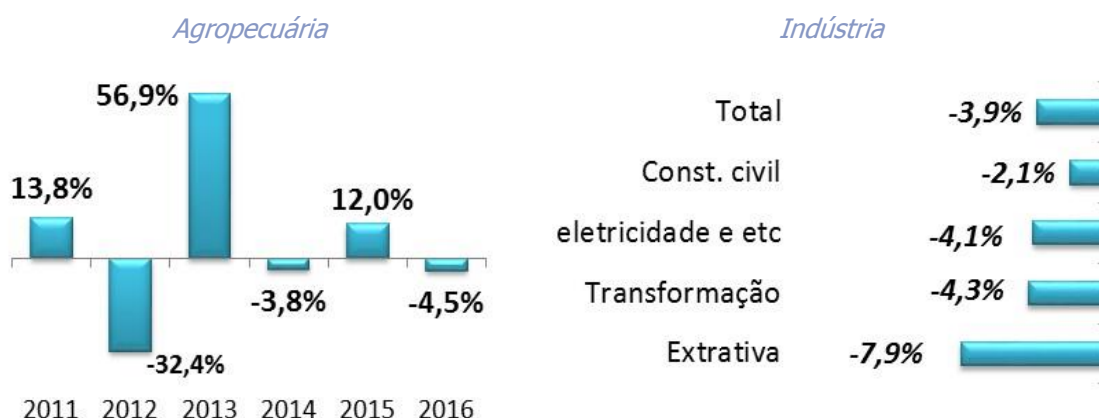
Esses dois fatores foram fundamentais para explicar a participação da crise nacional sobre o cenário do Rio Grande do Sul. Mas, há ainda dois outros componentes a serem analisados. O primeiro diz respeito a atividade do ***setor agropecuário***. Como sabemos, esse não segue o comportamento cíclico da economia nacional, estando mais relacionado com o desempenho do mercado



internacional e das oscilações de safra⁴. Após um ano extremamente positivo em 2015, quando o PIB agrícola cresceu 12%, o setor teve uma ligeira queda de 4,5%, muito associada a redução de safra de culturas importantes para o Estado e que, devido a menor participação do setor sobre o PIB final, não exerceu forte influência na crise de 2016.

Evolução do PIB do Rio Grande do Sul

(var. % ac. Em 12 meses)



Fonte: IBGE/FEE

O último fator de destaque dessa crise é derivado do comportamento dos demais. Dado o baixo nível de atividade econômica, com queda da produção e vendas de mercadorias, **os impostos arrecadados** pelo Governo tiveram mais um ano de queda, dessa vez de 5,5%. Ao conjugar esse movimento com um orçamento Estadual que já vinha em déficit e se deteriorou mais ainda após o desequilíbrio promovido pela gestão anterior (2011-2014), as contas públicas apresentaram piora significativa.

Na tentativa de sanear parte da crise estrutural, e parte da conjuntural, o Governo do Estado promoveu pequenos ajustes, estando esses mais concentrados na **questão orçamentária**. O reajuste zero para o orçamento conjugado com aumento de impostos promovidos ainda em 2015, deu certo fôlego para a administração, mas não evitou que o ano terminasse com a necessidade de aprovação de um pacote fiscal mais rígido, que previa o

⁴ A taxa de câmbio exerce grande influência na receita de exportações, tendo impacto sobre o faturamento do produtor. Mas, não muda a estimativa de PIB, uma vez que esse considera os movimentos de quantidade produzida.



fechamento de instituições públicas, privatizações e diversas outras pequenas reformas.

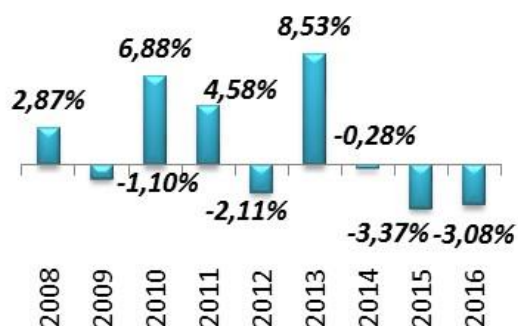
A crise das finanças públicas do Estado não é nova, mas tende a se agravar com o tempo. Estados que antes gozavam de uma saúde financeira melhor, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, também se viram diante da necessidade de promover micro reformas como forma de conter o avanço do déficit fiscal em um ambiente de baixa arrecadação e aumento constante dos gastos.

Como podemos ver, assim como no cenário nacional, onde a estrutura do Governo ficou demasiadamente pesada, o Rio Grande do Sul se viu diante da incapacidade de continuar a manter um Estado que consome mais do que os recursos gerados pela sociedade. E isso apenas contribuiu para aprofundar ainda mais os efeitos negativos da *crise sobre a economia local*.

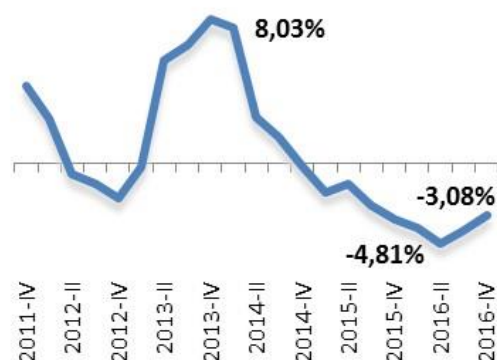
Como pode ser visto nos gráficos a seguir, o PIB do Estado teve o terceiro ano consecutivo de queda. Essa não foi a mais intensa crise que o Estado já teve mas, sem dúvida, é a mais longa. Porém, assim como vimos para o Brasil, os sinais de que *a recessão se esgotou* são nítidos na análise do comportamento do PIB em 12 meses. O ponto de inflexão foi o terceiro trimestre de 2016. Desde então, experimentamos menores retrações do PIB, mas ainda estamos longe de projetar uma expansão.

Evolução do PIB do Rio Grande do Sul

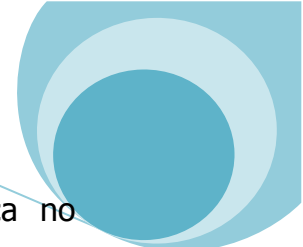
(var % ac. no ano)



(var % ac. em 12 meses)



Fonte: IBGE/FEE



Esse movimento de ligeira recuperação da atividade econômica no Estado também é corroborado pelo desempenho do IBC-RS, calculado pelo Banco Central. Esse indicador é visto como uma **proxy do comportamento do PIB**, considerando o desempenho de diversos setores, com a vantagem de conter informação mensal. Vale destacar que a interpretação correta do mesmo é sobre seu movimento cíclico, como fica fácil de se evidenciar na análise da variação percentual em 12 meses, e não sobre a magnitude do movimento.

IBC-RS – Proxy do PIB do Rio Grande do Sul

(Var. % ac. em 12 meses)



Fonte: BCB

A tabela a seguir mostra um comparativo do desempenho do PIB do Rio Grande do Sul com o Brasil, aberto pelos principais setores. Note que, a exceção da Construção Civil, que teve queda no Estado e crescimento no Brasil, os demais setores apresentaram comportamento semelhante, qual seja, todos tiveram queda. Esse resultado ilustra bem como foi **generalizada a crise** no Brasil e também no estado gaúcho.

As principais diferenças em termos de magnitude, onde a retração foi maior no Brasil, ficaram por conta da Agropecuária. No cenário nacional o setor teve uma queda de 6,4%, ao passo que no Rio Grande do Sul essa queda foi menor, de apenas 4,5%. Boa parte dessa diferença se credita ao resultado da produção de soja, que teve queda no Brasil ex-RS com -0,8%, passando de 96,2 milhões de toneladas para 95,4 milhões de toneladas entre as safras 2014-15 e 2015-16. Enquanto que no RS essa teve **uma expansão de 8,9%**. Por outro lado, no Estado podemos ver que a indústria extrativa e a Administração



Pública foram os que apresentaram as maiores quedas relativamente ao cenário nacional.

PIB Brasil e Rio Grande do Sul

(Var. % no ano de 2016)

	Brasil	RS
Agropecuária	-6,4%	-4,5%
Indústria	-4,0%	-3,9%
Extrativa	-2,9%	-7,9%
Transformação	-5,5%	-4,3%
Construção Civil	4,7%	-2,1%
Eletricidade e etc	-5,3%	-4,1%
Serviços	-2,7%	-2,1%
Comércio	-6,3%	-5,3%
Adm. Pública	-0,1%	-1,9%
VAB	-3,1%	-2,7%
Total	-3,6%	-3,1%

Fonte: IBGE e FEE

Vejamos como foi o comportamento de dois importantes setores da economia gaúcha, a indústria de transformação e o comércio. A variação percentual de 12 meses de ambos pode ser vista no conjunto de gráficos a seguir, onde três aspectos chamam a atenção.

O primeiro deles se refere ao fato do *ciclo da produção industrial* ser muito mais pronunciado do que das vendas do comércio⁵. Nos últimos dez anos a indústria passou por três recessões. A primeira esteve relacionada com a crise do subprime, logo superada com a melhora no ambiente macroeconômico. A segunda veio em meados de 2012 como consequência dos efeitos negativos da seca que atingiu o Estado. E, por fim, a terceira crise, que foi mais intensa e longa. No mesmo período as vendas do comércio tiveram apenas um período de retração, qual seja, o cenário atual de crise. Em todos os demais eventos o que se notou foi apenas uma desaceleração das vendas.

O segundo elemento de destaque nessa comparação é o *turning point* que se desenha ainda em meados de 2016, tanto na indústria quanto no comércio e deixa antever que estamos diante de uma recuperação. De fato, a crise parece ter dado sinais de esgotamento no Estado e, do ponto de vista

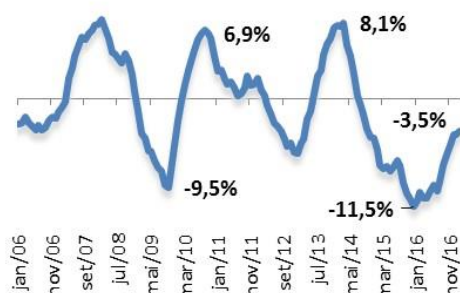
⁵ Estamos aqui nos referindo ao comportamento da indústria de transformação. A série em questão é a produção industrial calculada pelo IBGE.



estatístico, podemos ver que há uma sinalização para um resultado mais ameno durante o ano de 2017.

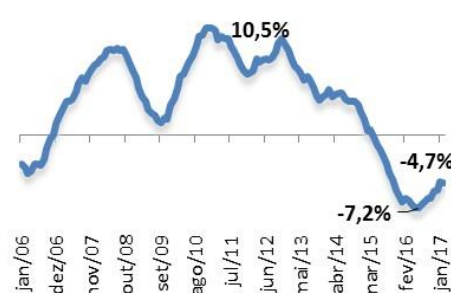
Produção Industrial

(var % ac. em 12 meses)



Vendas do Comércio

(var % ac. em 12 meses)

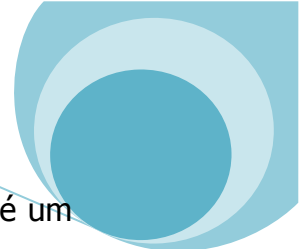


Fonte: IBGE

Por fim, o terceiro aspecto é a **velocidade de recuperação** das crises. Note que em todos os momentos em que o Estado experimentou um ciclo de recessão, a indústria saiu do mesmo com taxas significativas e em um movimento rápido. Por outro lado, a retomada das vendas do comércio ocorre de forma mais lenta e gradual. Assim, parece ser o atual ciclo, que deixa antever que a produção industrial gaúcha pode encerrar o ano de 2017 com expansão de **4%** ao passo que as vendas do comércio com um crescimento mais modesto, em torno de **3%**.

Outro setor que deve mostrar um resultado positivo para o ano é a agricultura. De acordo com a última projeção da Conab para o Rio Grande do Sul, as duas mais importantes culturas do Estado devem crescer. No caso da Soja, será o quarto ano consecutivo de expansão. **A projeção da safra 2016-17** é de 17,5 milhões de toneladas, uma expansão de 8,3% sobre a safra anterior.

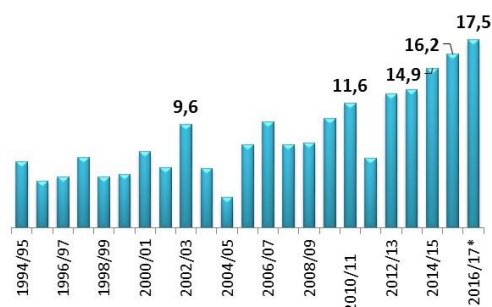
A quantidade produzida será recorde e deve irrigar a renda de produtores no interior, independente do fato da taxa de câmbio estar em um patamar mais valorizado relativamente ao ano passado. A segunda cultura mais importante, o **Arroz**, também terá expansão de acordo com as projeções da Conab. Os 15,6% de elevação da produção devem colocar a safra próximo a



8,5 milhões de toneladas. Não chega a ser um recorde de produção, mas é um patamar bem próximo ao que foi verificado em 2010.

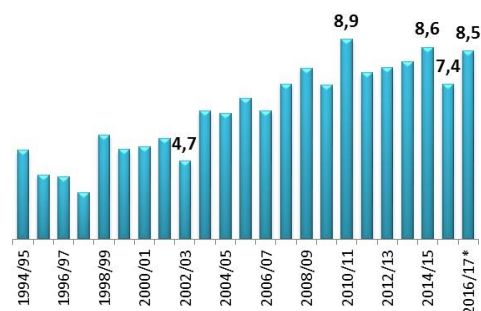
Safra de Soja - Produção

(em milhões de toneladas)



Safra de Arroz - Produção

(em milhões de toneladas)

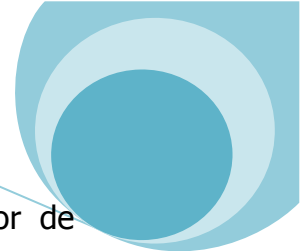


Fonte: Conab

Esse cenário econômico pode contar com um *alívio do lado fiscal* ainda durante o segundo semestre de 2017. Com a aprovação, pela Câmara, de um texto base para o Projeto de Lei de Recuperação Fiscal dos Estados, votado no dia 18 de abril⁶, abre-se a possibilidade de uma *redução no pagamento de dívidas* no curto prazo que os Estados mantêm com a União, mediante contrapartidas. Caso seja implementado, abre-se espaço para que o Rio Grande do Sul acelere o processo de privatizações e reforma do Estado. Porém, projetamos que o impacto econômico da medida ainda em 2017, deve ser muito pequeno.

Em resumo, a previsão para o PIB do Rio Grande do Sul no ano de 2017 deve ser de uma ligeira recuperação, devendo a taxa ficar em torno de **1,5%** sobre 2016. Abrindo essa previsão dentre os setores podemos ver que a maior expansão deve ocorrer com a agropecuária, previsão de crescimento de pouco mais de **7%**. Como dito anteriormente, os responsáveis por essa boa perspectiva no setor serão, principalmente, a produção de soja e de arroz. No caso da indústria total projetamos uma ligeira retomada sobre 2016, devendo o

⁶ Até o final da elaboração desse relatório o projeto havia sido aprovado na Câmara, mas ainda precisaria ir para aprovação no Senado para ter força de lei. O mesmo contava com 16 destaques que poderiam alterar o texto original.



crescimento do PIB do setor ficar em **2,2%**. Por fim, temos o setor de serviços.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelas famílias com o pagamento de dívidas e um mercado de trabalho ainda fraco, a perspectiva é que as **vendas do comércio** retomem a trajetória de expansão, contribuindo para um desempenho melhor em setores interligados, como a intermediação financeira, os transportes e também a administração pública. No total, a nossa previsão para o setor de serviços no Rio Grande do Sul é de um pequeno crescimento de **0,5%** sobre 2016.

- ***O Setor de Borracha no Rio Grande do Sul***

O setor de borracha do Rio Grande do Sul teve mais um ano ruim. De acordo com os indicadores da FIERGS, o faturamento teve queda de 5,1% após um ano de baixa expansão, como foi o de 2015, e que se seguiu a mais um de queda, em 2014. Portanto, completam-se **três anos de baixa atividade** no setor no Estado.

Vale destacar que esse cenário foi pior do que o observado pelo setor no cenário nacional (a queda no Brasil foi de apenas 2,9%). Outro ponto interessante é que, enquanto é possível notar que o faturamento do setor no Brasil apresenta uma trajetória de expansão, no Rio Grande do Sul o mesmo aponta para a **continuidade da queda**. Os últimos resultados, que contemplam janeiro e fevereiro de 2017, confirmam essa tendência. Quando medido em 12 meses o faturamento ampliou a queda do fim de 2016 para 6,2% em fevereiro.

Tomando como base que o comportamento das compras industriais do setor seria um indicador antecedente (quanto maior a compra da indústria maior será a produção no momento seguinte e, como resultado, maior será o faturamento), podemos esperar que o cenário seja de **deterioração no setor**. Em fevereiro de 2017, última informação disponível, podemos ver que a taxa de

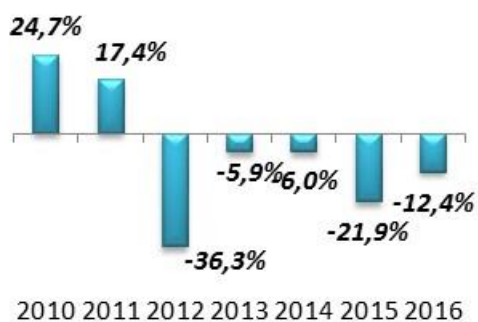


variação em 12 meses das compras industriais chegou a 16,7% de queda, bem acima dos -12,4% do final de 2016.

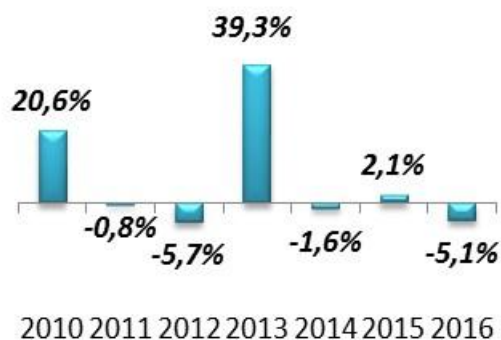
Indicadores Industriais do Setor de Borracha

(var % ac. jan-dez)

Compras Industriais



Faturamento Real



Fonte: FIERGS

Por outro lado, os dados de emprego calculados pela FIERGS apresentam resultados diferentes do observado no faturamento. Depois de encerrar o ano de 2016 com retração de 4,8% nos postos de trabalho no setor no Estado (segundo ano consecutivo de queda), o início de 2017 mostra **estabilidade nas contratações**.

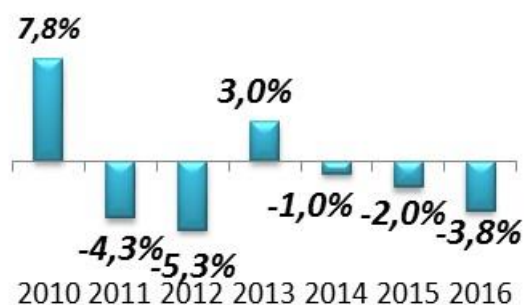
Indicadores Industriais do Setor de Borracha

(var % ac. jan-dez)

Pessoal Empregado



Horas Trabalhadas



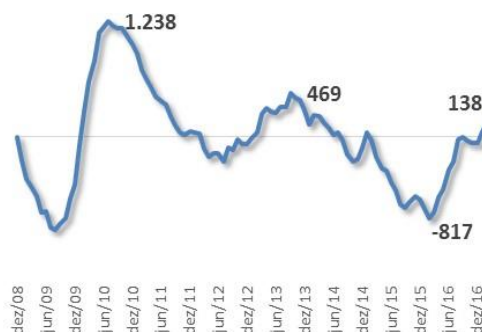
Fonte: FIERGS



Já as horas trabalhadas trilham caminho inverso, e mesmo antes do final do ano de 2016 já mostravam tendência de retomada. Vale destacar que esse costuma ser o movimento normal na indústria nacional na saída de momentos de crise. Como *o mercado de trabalho é rígido* e impõe elevados custos de contratações e demissões, o que se verifica em um primeiro momento é uma recuperação das horas trabalhadas para, quando o cenário fica mais consistente, tem-se a retomada dos empregos.

O movimento de retomada das contratações já vem sendo percebido no comportamento do saldo de contratações do setor acumulado em 12 meses. Após atingir o mínimo de 817 demissões a mais que admissões, o setor de borracha passou a contratar e os últimos dados, referentes a 12 meses terminados em fevereiro de 2017, mostram um *saldo líquido* de contratações de 138 trabalhadores.

Evolução do emprego no Setor de Borracha (Saldo em 12 meses)



Fonte: CAGED

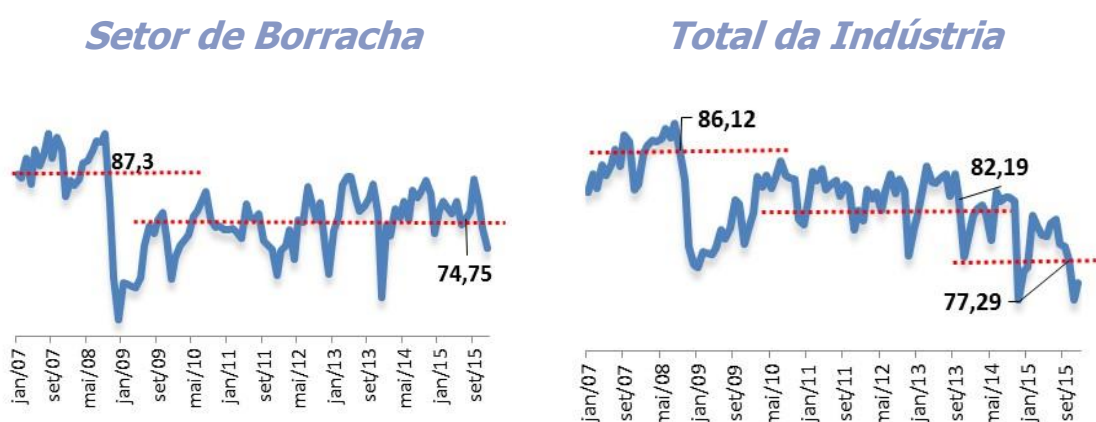
Para o mesmo período podemos ver que, de um lado, a indústria ligada a produção de pneumáticos e de câmaras de ar contrataram 237 trabalhadores a mais do que demitiram. Por outro lado, tanto a indústria ligada a reforma de pneumáticos usados, com demissões líquidas de 71 trabalhadores, e as indústrias do segmento de artefatos de borracha, com demissões de 28 trabalhadores, ainda se encontram com performance diferente. Esse resultado revela um *cenário diferente* entre as atividades no setor de borracha.



A dimensão da atual crise para o setor de borracha do Rio Grande do Sul também pode ser vista no comportamento do nível médio de Utilização da Capacidade Instalada. No conjunto de gráficos a seguir fazemos a comparação entre o resultado para o setor e a média da indústria. No primeiro note que a UCI permanece estável em torno de 75 por sete anos. Já na média da indústria gaúcha esse nível é um pouco maior, mas teve uma queda significativa nos últimos três anos como *reflexo da crise* que se iniciou em 2014.

Utilização da Capacidade Instalada

(Grau médio)



Fonte: FIERGS. Ajustados sazonalmente X-12.

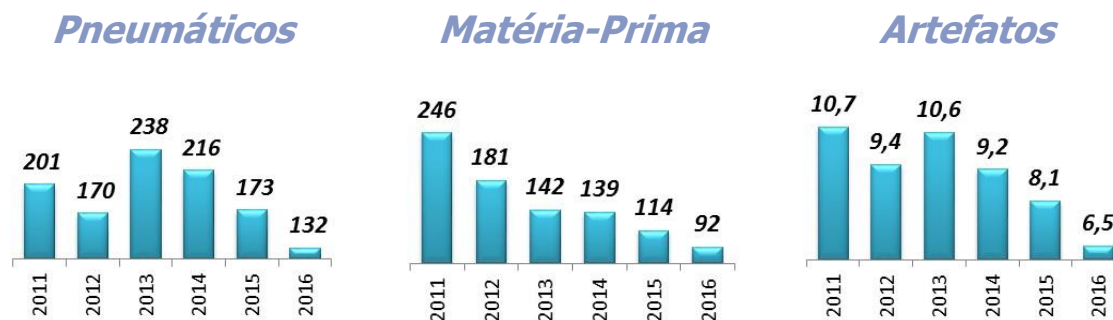
Considerando que, nos últimos três anos, a produção e o faturamento não tiveram aumento significativo, esse comportamento da UCI sinaliza que os investimentos no setor foram baixos.

O último conjunto de variáveis a se analisar para o setor no Estado está relacionado ao *mercado externo*. Tal como verificado no Brasil, podemos ver que as exportações caíram no ano de 2016 em todas as aberturas e o total exportado atingiu as mínimas históricas. No caso da indústria de pneumáticos a queda foi de 23%, quando medido em dólares, representando uma retração de US\$ 41 milhões sobre 2015. Comportamento semelhante também pode ser visto com as *exportações de matéria-prima e Artefatos*, com quedas de 19% em ambas. No total, as exportações do setor caíram 21,9% sobre 2015, representando uma queda no faturamento de US\$ 65 milhões.



Evolução das Exportações do Setor de Borracha

(em US\$ milhões)



Fonte: SECEX

O comportamento da taxa de câmbio média no período de 2016, comparativamente ao observado em 2015, contribuiu para piorar ainda mais esse resultado. A desvalorização de 4,8% (em média) foi menor do que a inflação medida pelo IPCA (6,29%), aqui usado como deflator. Com isso, tivemos uma **valorização da taxa de câmbio real** que acabou por intensificar o resultado negativo das exportações quando convertido para moeda local.

Assim é que, a queda das exportações de pneumáticos se ampliou para 25,7% e de matéria-prima e artefatos para 22%. No total, o faturamento das indústrias de borracha do Rio Grande do Sul teve queda de 24% sobre 2015, o que resultou em R\$ 267 milhões a menos.

A tabela a seguir mostra o comparativo, em termos percentuais, das exportações do setor de borracha do Brasil com o Rio Grande do Sul aberto dentre os três segmentos. Veja que os **resultados no Estado** foram piores que a média nacional em todas as aberturas.

Exportações do Setor de Borracha

(Var. % em 2016)

	Brasil	Rio Grande do Sul
Em US\$		
Pneumáticos	-7,66%	-9,02%
Matéria-Prima	-22,09%	-24,74%
Artefatos	-19,53%	-22,40%
Total	-12,03%	-13,89%
Em R\$		

Balanço Econômico 2016 e Perspectivas 2017

Pneumáticos	-23,71%	-25,79%
Matéria-Prima	-19,36%	-22,92%
Artefatos	-19,93%	-22,76%
Total	-21,92%	-24,60%

Fonte: SECEX



PERSPECTIVAS 2017

As previsões do desempenho da economia brasileira para o ano de 2017 levam em consideração quatro aspectos importantes dos fundamentos macroeconômicos. **O primeiro deles** é o forte recuo da inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, que deve, inclusive, chegar a uma variação em 12 meses perto de 3% em meados do ano, encerrando 2017 abaixo da meta de 4,5%.

O segundo fator é o **recuo da taxa de juros** básica, Selic, de forma mais forte ainda no primeiro semestre, seguindo a menor variação de preços. Nesse cenário de juros mais baixos, que deve encerrar o ano entre 8,5% e 9%, é natural esperar um recuo do nível de comprometimento da renda das famílias com o pagamento de juros nos financiamentos. Porém, devido a fragilidade do mercado de trabalho, é pouco provável que o menor nível de juros resulte em alavancagem do consumo ou de maiores concessões de crédito.

Aqui entra o terceiro fundamento, e que está relacionado ao **mercado de trabalho**. Atualmente a taxa de desemprego está em 13,2%, o que significa que há pouco mais de 13 milhões de desempregados. Esse número pode ser ampliado para perto de 20 milhões se considerarmos as pessoas que estão trabalhando menos do que gostariam e as que estão esperando condições melhores no mercado de trabalho.

Devido a continuidade de um cenário econômico interno ainda fragilizado, a previsão é de aumento da taxa de desemprego até meados do ano, quando deve chegar perto de 15%. A partir de então, devemos ter uma **normalização das condições do mercado de trabalho** interno, mas durante boa parte do ano o desemprego ainda será um grande desafio para o país e deve contribuir para limitar uma expansão maior do PIB.

O último fundamento a ser considerado são as **contas públicas**. A dificuldade do Governo Federal e dos Estados em administrar os gastos em meio a maior crise econômica da história do país, tem consequências danosas para a dívida pública interna e impõe um limite a cortes de juros e na



composição da taxa de crescimento. O déficit fiscal de 2017 está projetado em R\$ 160 bilhões, podendo oscilar um pouco a depender do sucesso do Governo com a receita de concessões programadas. Porém, a dificuldade fiscal continua nos Estados e Municípios, tornando clara a necessidade de reduzir o tamanho do Estado em todas as esferas.

Nesse sentido, é importante deixar claro que a *Reforma da Previdência* proposta pelo Governo, e que atinge apenas uma pequena parte do problema fiscal, exatamente pelo seu desenho final, deve ter poucos efeitos práticos no curto e médio prazo. Há uma grande confusão de números nessa discussão. Na verdade, o problema do INSS não são os aposentados, mas sim, todos os demais que recebem benefícios do INSS.

Do total de pessoas que recebem benefícios do INSS todo mês (são 33 milhões de pessoas), *apenas 5,7 milhões* (17%) são aposentados por tempo de contribuição. Do ponto de vista de cálculo atuarial, esses sim estão de acordo com o conceito de previdência. Porém, todos os demais 28 milhões que recebem benefícios do INSS o fazem em outro formato: como aposentadoria por idade (portanto não contribuíram pelo tempo necessário), pensão por morte, auxílio saúde, auxílio reclusão, auxílio maternidade, LOAS, benefício por invalidez dentre outros. Há mais pessoas recebendo auxílio por invalidez no INSS do que aposentados por tempo de contribuição, e a reforma da previdência proposta não ataca esses itens. Além disso, pouco se discute sobre a reforma da previdência dos funcionários públicos federais que tem déficit maior de R\$ 100 bilhões todo ano e beneficia apenas 2 milhões de aposentados.

Diante do exposto e dos enormes desafios no âmbito de reformas importantes para o país, é natural supor que, em um cenário de *baixa popularidade do Governo* e pressões no ambiente político por conta dos casos de corrupção, que pouco deve ser feito para criar as condições de que o país consolide uma taxa de crescimento de longo prazo. Seria necessário reformar, ainda, o sistema político, tributário e trabalhista para abrir espaço para ganhos de produtividade e, assim, melhorar o ambiente de negócios.



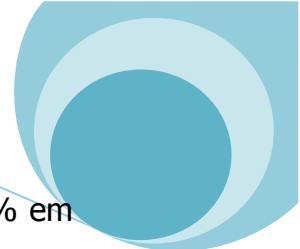
Um fato é concreto, estamos diante do fim da recessão iniciada em meados de 2014. Porém, ainda é prematuro dizer que iremos trilhar o caminho do crescimento. A previsão para 2017 é de um PIB que tenha, no máximo, um crescimento de **0,5%**. Isso considerando ausência de qualquer choque negativo, seja no ambiente interno ou externo.

No **Rio Grande do Sul**, tal como o que se verifica em outros estados, continuam as dificuldades fiscais e a necessidades de aprovação de reformas mais concretas do Estado. Porém, o fim da recessão que se desenha para o Brasil, com inflação e juros mais baixos, pode ajudar a economia a ter leve recuperação no ano de 2017.

Na **agropecuária**, como exposto anteriormente, a previsão é de um crescimento da produção de grãos, em especial na soja e no arroz, as duas principais culturas no Estado. Tal perspectiva deve resultar em uma taxa de crescimento da ordem de 7% para o setor.

Os desafios na **indústria** permanecem, em um ambiente hostil para os negócios (aqui nos referimos a impostos elevados, baixos investimentos em infraestrutura e decisões judiciais que levam incerteza para a atividade produtiva) e baixo crescimento da demanda no mercado interno. De qualquer forma, a expectativa é que o PIB industrial tenha um ligeiro crescimento de 2% após dois anos consecutivos de retração.

A previsão para o desempenho do **setor de serviços** é menos positiva que nos demais. Isso porque dois componentes do setor com elevada importância na composição do PIB, o Comércio e o Governo, devem ter resultados mais tímidos. A fragilidade do mercado de trabalho e o elevado comprometimento da renda das famílias deve limitar as vendas no comércio. Já o setor público deve sentir as dificuldades fiscais, gerando impactos negativos sobre o PIB. No total, a previsão é que o setor de serviços tenha expansão de **0,4%** em média em 2017.



No total, o *PIB do Rio Grande do Sul* deve crescer cerca de 1,5% em 2017. Mesmo sendo um resultado baixo, deve ficar acima da média nacional e interrompe dois anos consecutivos de retração.

Perspectivas para 2017

(Indústria da Borracha do Rio Grande do Sul)

	2015	2016	2017
Var.%			
Pessoal Empregado	-0,9%	-4,8%	-2,0%
Horas Trabalhadas	-2,0%	-3,8%	2,5%
Faturamento	2,1%	-5,1%	1,0%
Compras	-21,9%	-12,4%	-5,0%
Exportações (US\$ milhões)			
Pneumáticos	173,3	132,2	139,0
Matéria-Prima	114,4	92,2	98,3
Artefatos	8,1	6,5	7,1
Total	295,8	230,9	244,4
Exportações (var.%)			
Pneumáticos	-20%	-24%	5%
Matéria-Prima	-18%	-19%	7%
Artefatos	-12%	-20%	9%
Total	-18,8%	-21,9%	5,8%